



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 1052/2020/SUPEL-ASSEJUR

Processo: 0033.316860/2019-01, sobre Pregão Eletrônico nº 360/2020/CEL/SUPEL/RO (0013152577)

Interessado: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Valor Estimado: R\$ 1.469.753,79 (um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil setecentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. FASE EXTERNA. RECURSOS. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES VENCIDAS. BALANÇO PATRIMONIAL NÃO ASSINADO. EMPRESA PUBLICAMENTE INIDÔNEA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA.

1 - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recursos interpostos pelas licitantes **CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (0014986456)** e **R B DA S PINHEIRO - ME (0014986521)** contra ato decisório do pregoeiro em sessão pública que concluiu pela classificação e habilitação da recorrida **SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP (0014986604 e 0014986636)** em todos os itens do presente certame.

2. O processo originário, o qual abriga o Pregão Eletrônico nº 360/2020/CEL/SUPEL/RO (0013152577), refere-se a "*Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional do Município de Guajará Mirim/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos*", foi encaminhado para análise quanto ao pedido de reanálise, que passa a fazê-lo na sequência analítica a seguir.

3. Os recursos preenchem, a primeira vista, os requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual será realizada sua análise.

2 - DA ANÁLISE PROCESSUAL

4. Realizando o confronto das argumentações propostas pelas partes, deve-se apenas clarificar que antes de iniciar participação em certame licitatório, cabe ao licitante verificar e, mediante certeza de seu

anseio de participação e adesão às regras editalícias, em direto cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto expressamente na legislação esparsa administrativa por meio dos Arts. 3º e 41, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme recortes a seguir:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

5. Dito isto, a primeira recorrente CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (0014986456) irresigna-se com a classificação e habilitação da licitante recorrida SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP (0014986604).

6. Dita que o edital previu no item 13.8.5 que por ocasião da assinatura do contrato a empresa vencedora deverá apresentar declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região. Alega que a documentação apresentada pela recorrida está vencida.

7. Dita que o 13.8.1 exige declaração de que apresentará no ato da assinatura do contrato a comprovação de capacidade técnica-profissional mediante demonstração de ter em seu quadro funcional o profissional nutricionista reconhecido pela entidade competente (Conselho Regional de Nutrição) através de registro na Carteira Profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo admitida a contratação de profissional autônomo.

8. Neste caso, alega que a declaração apresentada pela empresa diz respeito a outro processo licitatório, bem como que a data do documento é de maio/2020, logo, vencido

9. Referente aos itens 13.8.3, 13.8.4 e 13.8.6 do edital, apresentou declaração referente a outro processo licitatório, os quais também estariam vencidos, bem como quanto ao item 13.8.7, sequer apresentou relação nominal da equipe técnica.

10. A recorrida deixou de apresentar, segundo a recorrente, balanço patrimonial nos termos do 17.1.4.1, pois somente apresentou cópia do protocolo de envio do balanço endereçado à Junta Comercial, deixando portanto de apresentar o balanço registrado na junta comercial.

11. Em contrarrazões ao recurso, a recorrida SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP (0014986604) alega que todas as documentações e declarações alegadamente incorretas, vencidas ou faltantes se encontram anexadas ao processo licitatório deste objeto em tela, de modo que uma simples conferência evidencia os fatos e sana qualquer tipo de dúvida.

12. Concernentes às declarações apresentadas, dita que são meramente falhas formais passíveis de saneamento e não implicando qualquer impedimento ao trâmite do processo administrativo visto que a recorrida declara possuir todos os documentos aptos conforme edital para futura assinatura do contrato.

13. Alega acerca da falta de balanço patrimonial que este está disposto na íntegra no Sistema ComprasNet.

14. Referente às notícias e informações de investigação, indica que a recorrida, cujo CNPJ é 08.113.612/0001-00, pessoa jurídica de direito privado, não possui qualquer tipo de acusação ou relação à mencionada empresa.

15. **O pregoeiro**, finalizada sua análise por meio do Termo SUPEL-CEL (0015074058), concluiu pela improcedência total do pedido, mantendo portanto classificada e habilitada a licitante recorrida nos itens dispostos na ata de sessão pública.

16. **Esta Procuradoria**, após análise dos expedientes presentes nos autos, tem os seguintes comentários a tecer.

17. Primeiramente, no tocante ao suposto descumprimento do item 13.8.5 do edital, acerca da exigência de certidão de registro e quitação emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região, a qual estaria supostamente vencida, importante ressaltar o que dispõe o mencionado item:

13.8.5 Declaração de que apresentará no ato da assinatura do Contrato, Certidão de Registro e Quitação – CRQ, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Nutrição 7ª Região.

18. Conforme pode ser vislumbrado pela transcrição do item, o presente edital de licitação limitou-se a exigir declaração de que futuramente, em momento oportuno, apresentará a Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitida pelo Conselho Regional de Nutrição da 7ª Região, não sendo exigido no presente momento qualquer documentação.

19. Por mais que tenha apresentado certidão vencida, agora não é o momento oportuno para julgar a validade do expediente, visto que tal ação será tomada no ato da assinatura do contrato.

20. **Por ter apresentado declaração de que no ato da assinatura do contrato apresentará o respectivo documento, nos termos dispostos pelo Edital, conforme consta em documento nos autos (0015073910, p. 5), não há que se falar em descumprimento do edital e, portanto, não merece prosperar o recurso neste ponto.**

21. Referente às demais alegações de vencimento ou ausência das declarações declaradas exigidas nos itens 13.8.1, 13.8.3, 13.8.4, 13.8.5, 13.8.6 e 13.8.7 do edital, importante destacar que realmente fazem referência a outro processo licitatório, a dizer o Pregão Eletrônico nº 051/2020/CEL/SUPEL/RO, possuindo mesmo objeto do certame em tela, mas que foi anulado na oportunidade anterior.

22. Por se tratar de erro sanável, há possibilidade do pregoeiro de realizar diligência com intuito de corrigir o pequeno deslize e manter a vantagem da melhor proposta.

23. Neste sentido o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) já teceu entendimento por meio do Acórdão 767/2018-Plenário no sentido de que *"Não há óbice a que se converta, na etapa de recurso, o julgamento do processo em diligência, se verificadas faltas ou impropriedades sanáveis relativas à instrução processual, nos termos do art. 116, § 1º, do Regimento Interno do TCU"*.

24. Assim, por meio de diligência segundo consta no expediente "E-mail Diligência - Sabor a Mais EIRELI (0015073615)", foi solicitada retificação das informações previstas que já constavam no certame, porém com erro material sanável.

25. Em resposta, a licitante enviou novamente todas as declarações corrigidas, conforme consta nos autos por meio dos expedientes "Declaração Ajustada - Sabor a Mais EIRELI (0015073910)" e "Proposta Ajustada - Sabor a Mais EIRELI (0015073971)"

26. **Portanto, uma vez que tais erros foram corretamente sanados por meio de simples diligência, não há que se falar em dar mérito ao recurso neste ponto, devendo portanto ser julgado improcedente.**

27. Acerca da alegação da recorrente de que o Balanço Patrimonial apresentado pela recorrida não se encontra registrado na Junta Comercial do Estado de Rondônia, objetivamente dispõe-se que em análise ao Balanço Patrimonial disposto nos documentos de habilitação da recorrida (0014776180), é possível perceber na página 63 do documento que todo o balanço apresentado (composto de 23

páginas digitalizadas no total) foi eletronicamente assinado por IVAN SOARES DA SILVA e PATRICK DE LIMA OLIVEIRA MORAES, contendo certificação de autenticação pela Junta Comercial do Estado de Rondônia, segundo recorte a seguir:

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 21/05/2020 09:16:32 SOB Nº
20200194356.
PROTOCOLO: 200194356 DE 20/05/2020. NIRE: 11600026077.
SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI



Marcio Sugahara Azevedo
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
PORTO VELHO, 21/05/2020

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

28. **Logo, de modo objetivo, não merece prosperar o recurso da recorrente neste ponto.**

29. Referente ao último ponto da recorrente, acerca das notícias de suposto esquema de fraude, alega que de acordo com as mídias veiculadas em jornais eletrônicos, como o Diário da Amazônia, a recorrente tomou conhecimento da prisão do advogado PATRICK DE LIMA OLIVEIRA MORAES (proprietário da empresa SABOR A MAIS) e do empresário EDIVÂNE DE MENEZES DAMASCENO, do estado de São Paulo, os quais supostamente atuavam na emissão de atestados de capacidade técnica falsos.

30. Menciona que ambos encontram-se envolvidos nos processos administrativos abaixo discriminados: - Processo Administrativo nº 01-2101-01095- 000/2016/SEJUS, Processo Administrativo nº 01.2101.01090-00/2016/SEJUS; Processo Administrativo nº 0033.317375/2018; Processo Administrativo nº 0033.407091/2018 e Processo Administrativo nº 0065.065051/2018.

31. Pela relevância “social” do presente caso, dita que a recorrida deveria sofrer as punições ora elencadas na Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e restar impedida de licitar com a Administração Pública e, por conseguinte, restar inabilitada no presente certame.

32. Em análise às alegações, importantíssimo destacar que o pregoeiro dispõe de meios para busca de bancos de dados de licitantes inidôneos, conforme aqueles previstos no item 13.17 do edital, a seguir:

13.17 Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal nº 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

33. Acerca deste ponto, alega o pregoeiro que "*Na ocasião das consultas não foram encontradas quaisquer penalidades impostas à empresa SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI*".

34. Importantíssimo destacar que a presente alegação já foi objeto de análise pela Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (PGE-RO) nos autos do Processo Administrativo 0043.258329/2020-13, por meio da Informação 57 (0014538343) expedida pela Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC dispôs o seguinte:

Em análise ao requerimento apresentado pela empresa Caleche Comércio e Serviços LTDA, nota-se que foi anexada reportagem jornalística com o intuito de informar que o Advogado PATRICK DE LIMA OLIVEIRA MORAES e do Empresário EDIVÂNE DE MENEZES DAMASCENO, foram presos em virtude de os mesmos atuarem na emissão de atestados de capacidade técnica falsos, identificados na Operação Dúctil da Polícia Federal.

[...]

Compulsando os documentos inseridos no processo sob os ID's. 0013538732 e 0014304354, verifica-se que os atestados de capacidade técnica não estão relacionados com os investigados já mencionados da operação dúctil.

Portanto, não há que se falar em afronta aos princípios que regem a Administração Pública neste caso, considerando que os atestados de capacidade técnica juntados pela empresa a fim de garantir sua habilitação foram emitidos na época pela Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS/RO, e foram considerados válidos.

35. Assim, os atestados apresentados neste momento foram considerados válidos, bem como, apesar de estar sob investigação, não cabe à Administração Pública realizar o julgamento e a aplicação de penalidade a qualquer licitante por fatos que ainda estão sendo discutidos judicialmente, observando-se o princípio do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa.

36. Logo, não havendo qualquer impedimento vigente contra a recorrida, não há que se falar em inabilitação de sua proposta por esta feita, senão por outros motivos constatados e devidamente definidos em processo próprio, portanto não merecendo prosperar o recurso neste ponto.

--

37. **Referente ao recurso da segunda recorrente, R B DA S PINHEIRO - ME (0014986521)**, suas razões recursais também atacam a classificação e habilitação da recorrida SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP (0014986636) no presente certame.

38. Primeiramente, alega que o valor ofertado pela recorrida está muito abaixo do valor de mercado, sendo completamente impraticável e inexecutável. Cita como prova a Notificação nº 71/2020/SEJUS-NUALI À Gerência da Empresa SABOR A MAIS - EPP no qual menciona que devido ao valor diminuto, há informação de que a empresa descumpriu quesitos como qualidade da refeição e alteração de sabor e cheiro.

39. Dita ainda que a recorrente não atendeu à convocação para envio de propostas dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro, pois após a tentativa frustrada de negociação, o Pregoeiro convocou a referida empresa para encaminhar sua proposta atualizada no sistema, no prazo de 20 (vinte) minutos, sendo que encaminhou o anexo de proposta solicitado apenas depois de 49 (quarenta e nove) minutos da convocação, descumprindo normas do edital e entendimentos jurídicos desta Procuradoria, segundo caso concreto analisado no Processo Administrativo nº 0009.149039/2019-62, referente ao Pregão Eletrônico nº 162/2019/BETA/SUPEL/RO.

40. Cita ainda, na mesma linha da recorrente anterior que as declarações fazem referência a outro certame, não sendo válidas para a presente disputa, estando inclusive vencidos.

41. **Em contrarrazões ao recurso, a recorrida SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP (0014986636)**, a licitante alega inicialmente que a recorrida não interpôs recurso dentro do prazo legal estabelecido.

42. Referente à inexecutabilidade do valor apresentado, reforça sua executabilidade por meio de comparação às demais propostas dos outros licitantes que estão correlatos e dentro dos parâmetros legais impossibilitando a existência de valor não praticado.

43. Quanto às declarações supostamente vencidas e/ou incorretas, informa que estão presentes de modo correto nos autos.

44. **O pregoeiro**, finalizada sua análise por meio do Termo SUPEL-CEL (0015093133), concluiu pela improcedência total do pedido, mantendo portanto classificada e habilitada a licitante recorrida nos itens dispostos na ata de sessão pública.

45. **Esta Procuradoria**, após análise dos expedientes presentes nos autos, tem os seguintes comentários a tecer.

46. No tocante à preliminar de admissibilidade, o recorrente interpôs recurso no dia 25 de novembro de 2020 e portanto, dentro do prazo estabelecido no Art. 45 do Decreto nº 10.024/2019, haja vista que a abertura de prazo para recurso teve início no dia 20 de novembro de 2020. Admissível portanto é o recurso.

47. Referente à análise fática, não foram apresentadas provas de que o valor referenciado pela recorrida é de fato inexequível. Não se pode relacionar diretamente a qualidade ou consistência das refeições mencionadas na Notificação nº 71 em relação direta com a exequibilidade da proposta.

48. Sobre este ponto, o Tribunal de Contas da União (TCU) já ditou no Acórdão 2143/2013-Plenário que

[...] a apreciação da exequibilidade de propostas não é tarefa fácil, pois há dificuldades em se fixar critérios objetivos para tanto e que não comprometam o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a administração.

49. Ainda sob égide do entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), o Acórdão 2528/2012-Plenário dita que *"A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, devendo, ainda, ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a sua proposta, antes da adoção da medida"*.

50. **Assim, não havendo prova técnica consubstanciada para comprovar a inexequibilidade da proposta da recorrida, não merece prosperar o recurso da recorrente neste ponto.**

51. Acerca da alegação de apresentação vencida e/ou incorreta das declarações exigidas nos itens 13.8.1, 13.8.3, 13.8.4, 13.8.5, 13.8.6 e 13.8.7 do edital, importante destacar que realmente fazem referência a outro processo licitatório, a dizer o Pregão Eletrônico nº 051/2020/CEL/SUPEL/RO, possuindo mesmo objeto do certame em tela mas que foi anulado na oportunidade anterior.

52. Por se tratar de erro sanável há possibilidade do pregoeiro de realizar diligência com intuito de corrigir o pequeno deslize e manter a vantajosidade da melhor proposta.

53. Neste sentido o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) já teceu entendimento por meio do Acórdão 767/2018-Plenário no sentido de que *"Não há óbice a que se converta, na etapa de recurso, o julgamento do processo em diligência, se verificadas faltas ou impropriedades sanáveis relativas à instrução processual, nos termos do art. 116, § 1º, do Regimento Interno do TCU"*.

54. Assim, por meio de diligência segundo consta no expediente "E-mail Diligência - Sabor a Mais EIRELI (0015073615)", foi solicitada retificação das informações previstas que já constavam no certame, porém com erro material sanável.

55. Em resposta, a licitante enviou novamente todas as declarações corrigidas, conforme consta nos autos por meio dos expedientes "Declaração Ajustada - Sabor a Mais EIRELI (0015073910)" e "Proposta Ajustada - Sabor a Mais EIRELI (0015073971)"

56. **Portanto, uma vez que tais erros foram corretamente sanados por meio de simples diligência, não há que se falar em dar mérito ao recurso neste ponto, devendo portanto ser julgado**

improcedente.

3 - CONCLUSÃO

57. Ante o exposto, com base os documentos anexados aos autos, esta Procuradoria fomenta opinião para julgar:

- **IMPROCEDENTES** os recursos interpostos pelas licitantes **CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (0014986456)** e **R B DA S PINHEIRO - ME (0014986521)** contra ato decisório do pregoeiro em sessão pública que concluiu pela classificação e habilitação da recorrida **SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP (0014986604 e 0014986636)** no presente certame, **MANTENDO-A** portanto classificada e habilitada em todos os itens da sessão pública.

58. Esta decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garantem a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

59. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

60. Tendo em vista o preço estimado deste procedimento licitatório, esta opinião **SERÁ** submetida à aprovação ao Procurador Geral do Estado diante da disposição contida no Art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante Art. 8º, §3º, da Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

61. Oportunamente, submeter-se-á o presente despacho, do art. 109, § 4.º, da Lei Nacional nº 8.666/1993, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Falcao Ribeiro, Procurador(a)**, em 08/01/2021, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0015403713** e o código CRC **4CAA2534**.